



Newsletter

N.º 2 - Outubro 2013

Nota de Abertura

Caros Clientes e Amigos,

Este segundo número da nossa Newsletter é publicado num período amplamente dominado pela preparação, apresentação, discussão e aprovação do OE 2014, que foi precedido da apresentação da Proposta de Reforma do Código do IRC, a que se seguiu a apresentação (ontem) do Guião da Reforma do Estado, ou seja, documentos determinantes – cada um na sua ótica específica – para a redefinição próxima de todo um vasto conjunto de relações económicas e sociais.

Por esta razão, a secção que dedicamos nesta publicação às novidades legislativas se apresenta particularmente pobre, uma vez que a produção legislativa foi diminuta, ou, pelo menos, pouco relevante no âmbito dos temas que concentram a nossa atenção.

Complementarmente, informamos que iremos publicar proximamente duas “flash informativas” dedicadas a temas do Direito Laboral que, pela sua importância, merecem da nossa parte uma especial atenção, a saber: uma dedicada ao Acórdão do Tribunal Constitucional sobre despedimento por extinção do posto de trabalho e por inadaptação e, a segunda, dedicada às novas fórmulas de cálculo da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho, bem como ao Fundo de Compensação do Trabalho, Mecanismo Equivalente e Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho.

Sumário

- 1 Nota de Abertura
- 2 OE 2014 – Uma breve nota sobre as novas taxas da “Tributação Autónoma”
- 5 Jurisprudência Nacional Relevante
- 7 Principais Alterações Legislativas



OE 2014 – Uma
breve nota sobre
as novas taxas
da “Tributação
Autónoma”

Atravessamos um período, longo, em que a economia e as finanças tomaram de assalto as nossas vidas, pessoais, e enquanto povo ou nação. O nosso ordenamento jurídico acaba, de uma forma, ou de outra, por ser, também ele, um reflexo disso mesmo, no sentido em que, salvo raras e honrosas exceções (o novo Código de Processo Civil, a nova Lei do Arrendamento Urbano, ou o novo Código de Trabalho), o legislador parece apenas ocupado – diria antes, assoberbado – com a produção de legislação económica e, em particular, fiscal.

Numa economia que se rege, cada vez mais, por uma obsessão quase doentia e errática com a arrecadação de receita (fiscal, mas não só), tentar escrever um artigo, por mais simples e despretensioso, sobre matéria jurídica não-fiscal relevante torna-se hoje uma tarefa capaz de desafiar a imaginação de qualquer um.

Claro que temos agora, debaixo dos holofotes, o OE 2014. Mas, sobre ele já discorreram, à exaustão, os mais insígnies fiscalistas, as grandes consultoras ou os nossos colegas dos departamentos fiscais dos mais prestigiados escritórios. Já todos recebemos “newsletters”, lemos artigos de opinião, vimos entrevistas televisivas e ouvimos atentamente as explicações de quem pensou o dito OE e de quem o elaborou e aprovou.

Tudo lido e ouvido, e de entre as diversas peculiaridades que este OE consagra, ressaltou-me um detalhe que achei curioso e sobre o qual gostaria de aqui deixar duas ou três breves notas de reflexão. Trata-se da já

**É que, ao se pretender
“empurrar” a tributação
desta realidade para o IRS,
ou mesmo esperando que
as empresas continuem a
atribuir aos seus principais
colaboradores “carros de
serviço”, a verdade é que,
num ou noutro caso,
parece facilmente
previsível que a receita
fiscal diminuirá.**



conhecida “Tributação Autónoma” (em sede de IRC) e das alterações previstas ao respetivo regime (leia-se, taxas).

Muito brevemente, relembro que o OE 2014 prevê nesta matéria que os encargos com a frota automóvel dos automóveis ligeiros de passageiros ou mistos (os chamados “carros de serviço”) passa a estar sujeita a uma tributação autónoma de 15% se os carros tiverem custado menos de 20 mil euros, de 27,5% se o valor de aquisição oscilar entre 20 mil e 35 mil euros e de 35% para carros acima deste valor, sendo estas taxas objeto de agravamento em 10% sempre que as empresas apresentem prejuízo fiscal no ano em que incorram nos mencionados encargos.

Estas alterações merecem, a meu ver, dois níveis de observação.

Em primeiro lugar, esta forma de remuneração em espécie, a que só alguns têm acesso, e que (com raríssimas exceções) escapa às malhas da tributação em sede de IRS, é de moralidade questionável e suscetível de violar um princípio básico de equidade fiscal. E, o Governo, podendo, uma vez mais, terminar

com esta regra pouco compreensível, optou por ir pela via mais fácil do agravamento das respetivas taxas, em mais uma tentativa desesperada de arrecadamento de receita. Partiram, assim, os nossos governantes, do princípio de que a prática não se alteraria e que as empresas continuariam a atribuir “carros de serviço”, os quais continuariam a ser pacificamente utilizados para uso particular dos seus beneficiários. Partindo desse pressuposto, e em nada querendo alterar este “status quo”, o que pareceu importar foi tão só aumentar os proventos (fiscais) desta tributação.

O justo seria que cada um suportasse os custos de aquisição e utilização das respetivas viaturas, sem prejuízo de debitarem às respetivas entidades patronais os custos incorridos com o (eventual) uso das mesmas ao serviço daquelas. Ou então que os denominados “carros de serviço” o fossem mesmo e apenas para utilização exclusiva no âmbito da atividade das respetivas empresas. Tudo seria simples, não fora a ânsia de gerar receita fiscal e

de, a coberto disso, fomentar (ou tolerar) a tão portuguesa arte de “contornar” a lei.

Mas, à semelhança de outras medidas contempladas neste OE, que vimos já muito bem escarpelizadas por especialistas da área, parece que “alguém” se esqueceu de fazer as contas, ou, tendo-as feito, se enganou na previsão do resultado final. Nada a que não estejamos já habituados, afinal.

É que, ao se pretender “empurrar” a tributação desta realidade para o IRS, ou mesmo esperando que as empresas continuem a atribuir aos seus principais colaboradores “carros de serviço”, a verdade é que, num ou noutro caso, parece facilmente previsível que a receita fiscal diminuirá. E diminuirá porque as empresas que, ainda assim, continuem a remunerar (parcialmente) os seus quadros por esta via, o irão fazer agora com viaturas de menor custo (e menor cilindrada), com a consequente menor arrecadação de receita em sede de IA e de IVA na aquisição (em menor número) das mesmas, a par de uma inevitável (ainda que menos expressiva) diminuição da

receita fiscal em sede de IUC.

Para além de tudo isto, há uma outra verdade incontornável: as já tão depauperadas empresas portuguesas, a braços com dificuldades de toda a natureza, que lutam, no seu dia-a-dia, para assegurarem a sua sobrevivência num panorama económico (e fiscal) tão adverso, vêm-se agora na necessidade de voltar a fazer mais e mais contas, porque, quer queiramos, quer não, são elas (e todos nós) que, com alterações legislativas sucessivas e desconexas, temos de continuar a assegurar o despesismo de um Estado que tarda em se reestruturar e em nos apresentar medidas credíveis e sustentáveis que permitam o arranque da economia, dos negócios e dos investimentos.



José Pina

josepina@cammp.pt



JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

- CIVIL -

**Acórdão do Supremo
Tribunal de Justiça, de 26 de
Setembro de 2013**

**Resolução ilícita do
Contrato-Promessa – recusa
de cumprimento definitivo**

O incumprimento definitivo ocorre nas duas situações previstas no artigo 808º do CC: se ocorrer perda objetiva do interesse do credor por via da mora do devedor, ou se o devedor não cumprir depois de o credor lhe ter fixado um prazo razoável para o cumprimento. A estas duas situações, porém, tem a doutrina e jurisprudência acrescentado as situações em que o devedor se comporta de forma a inequivocamente se recusar a cumprir a prestação (cfr. STJ 26/04/2012, p. 743/2001, 20/05/2010, p. 69/10, RL 8/05/2012, P. 48/08, todos em www.dgsi.pt). E, nesse contexto, tem vindo a ser entendido que a resolução infundada de um contrato equivale a uma recusa de cumprimento e, como tal, a um incumprimento definitivo, ao qual não se vê utilidade em se fixar o prazo admonitório a que se refere o artigo 808º nº I do CC (sublinhado nosso). Todavia,

no caso de resolução ilícita de contrato-promessa só se deve falar em recusa de cumprimento definitivo quando de todo o circunstancialismo da declaração de resolução se puder concluir, de acordo com as regras da experiência comum, por uma recusa definitiva, firme, categórica de cumprimento por parte do promitente autor da declaração de resolução ilícita.

**Acórdão do Supremo
Tribunal de Justiça, 3 de
Outubro de 2013**

**Privação do direito de uso e
fruição**

A privação do direito de uso e fruição integrado no direito de propriedade configura, por si só, uma desvantagem económica que se reflete necessariamente no valor do mesmo. Em decorrência da teoria da diferença consagrada no n.º 2 do art. 566.º do CC, tal dano – normativo e meramente abstrato – não é autonomamente ressarcível, só o sendo quando se reconduz a dano emergente ou lucro cessante. O ónus de alegação e prova de tais danos incumbe ao lesante. A fixação equitativa da indemnização supõe a existência de limites quantitativos provados. Se na pendência de uma Ação de reivindicação os autores não logram provar os danos

emergentes (impossibilidade de habitar e fazer obras no prédio) e lucros cessantes (frustração efetiva do arrendamento do imóvel) por si invocados, fica inviabilizado o recurso à equidade para determinação da indemnização pela privação do uso.

Sem embargo do referido, a ocupação do prédio pelos réus, beneficiando das vantagens de um bem alheio, sem título que o legitimasse, durante os quase nove anos em que, por via dos sucessivos recursos por si interpostos, esteve pendente a ação, legitima o reconhecimento de um crédito aos autores com fundamento no enriquecimento sem causa. São pressupostos do enriquecimento sem causa: a) a existência de um enriquecimento; b) a obtenção desse enriquecimento à custa de outrem; c) a ausência de causa justificativa para o enriquecimento. À custa de outrem não significa necessariamente que o credor da restituição seja empobrecido, mas apenas que o valor que entra no património do enriquecido corresponde ao que foi obtido com meios ou instrumentos pertencentes ao credor da restituição. Nos casos de enriquecimento sem causa fundado na

utilização de bens alheios o valor da restituição é o valor de exploração, aferido pelo critério do valor objetivo dos bens. Se as partes reconhecem um valor locativo do prédio cujo valor concreto não se apurou, nada impede a condenação das rés a restituir aquele que se venha a provar em incidente de liquidação. Se os réus são demandados na qualidade de sucessores do lesante – e não por responsabilidade decorrente de danos próprios – a sua responsabilidade está limitada às forças da herança (arts. 2068.º e 2071.º, n.ºs 1 e 2, do CC). O âmbito de aplicação da sanção pecuniária compulsória prevista no art. 829.º-A, n.º 4, do CC, é constituído por todas as obrigações pecuniárias de soma ou quantidade, contratuais ou extracontratuais e visa pressionar o devedor e não indemnizar o credor, distinguindo-se em tal função dos juros de mora. A sua aplicação é oficiosa, não carecendo de ser pedida na acção declarativa.

- SEGUROS -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 3 de Outubro de 2013

Em contrato de seguro automóvel com cobertura facultativa de danos próprios, causados entre outros, por choque, a seguradora responde

perante o seu segurado por quaisquer danos causados pelo embate do veículo, em circulação, em qualquer corpo fixo, desde que se não prove qualquer atuação dolosa do segurado (ou de pessoas por quem ele responde) na eclosão de tal embate

Sendo o ónus de prova precedido pelo ónus de alegação, este deve ser cumprido com a afirmação dos factos impeditivos, não bastando a mera insinuação de dúvidas e de suspeitas sobre a causa do acidente.

Pela própria natureza das coisas deve ser presumida a natureza accidental de qualquer choque, colisão ou capotamento do veículo em circulação, incumbindo à seguradora demandada, o ónus de alegação e de prova de factos descaracterizadores do acidente.

- PROPRIEDADE INTELECTUAL -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 26 de setembro de 2013

O direito de autor não se esgota na realização do seu conteúdo patrimonial, revestindo, ainda, uma componente moral ou pessoal. Compreendendo os direitos pessoais, além do mais, o direito à menção do dono da obra.

Não fazendo a ré referência a este na respetiva ficha

técnica da edição literária violou a mesma um direito absoluto do autor, praticando um ato ilícito, suscetível de gerar obrigação de indemnizar.

Os danos morais tanto podem resultar da violação de direitos pessoais como da violação de direitos patrimoniais do autor. Presumindo-se o dano moral – sem necessidade de, como tal, ser comprovado – de acordo com as regras gerais, resultante da violação do direito pessoal

Merece a tutela do direito, com vista à indemnização, o dano não patrimonial resultante da conduta da ré que, ignorando a participação criativa do autor, na obra que aquela publicou, falseou a verdade, mencionando a colaboração de outras pessoas em detrimento da pessoa do autor que, com a sua conduta, resultante de numerosas horas de (minucioso) trabalho, valorizou a obra publicada.

Provado pelo autor o seu arrogado direito de crédito, incumbe à ré, fora exceções que aqui não importam, garantir a prova do seu cumprimento, já que o pagamento da obrigação contraída se não presume.



PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- LABORAL -

Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de Setembro

Define os procedimentos e os elementos necessários à operacionalização do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

Regulamento n.º 390-A/2013. D.R. n.º 198, Suplemento, Série II de 2013-10-14

Fundo de Compensação do Trabalho

Regulamento de Gestão do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho

Regulamento n.º 390-B/2013. D.R. n.º 198, Suplemento, Série II de 2013-10-14

Fundo de Compensação do Trabalho

Regulamento de Gestão do Fundo de Compensação do Trabalho, nos termos da alínea d) do artigo 22.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de Agosto

- FISCAL -

Proposta de Lei 178/XII

Aprova o Orçamento do Estado para 2014.

Proposta de Lei 175/XII

Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro. Autoria Governo

- AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS -

Decreto N.º 181/XII, de 18 de Outubro

Procede à primeira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos, alargando o prazo de interposição de ação judicial

junto dos tribunais comuns, que estava fixado em 1 de janeiro de 2014, até 1 de julho de 2014, para quem pretenda obter o reconhecimento da sua propriedade sobre parcelas de leitos ou margens das águas do mar ou de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis. Para o efeito, será necessário provar documentalmente que tais terrenos eram, por título legítimo, objeto de propriedade particular ou comum antes de 31 de dezembro de 1864 ou, se se tratar de arribas alcantiladas, antes de 22 de março de 1868.

- ADMINISTRATIVO -

Anteprojeto de Decreto-Lei do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais

Foi divulgado o anteprojeto de Decreto-Lei do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, que procederá à regulamentação da Lei n.º 62/2013 de 26 de Agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário) e estabelecerá o regime aplicável à Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (ROFTJ), prevendo uma redução do número de comarcas para 23.

Ilustrações de Gustav Klimt

CAMP & Associados - Sociedade de Advogados, RL | www.cammp.pt
Avenida da República, n.º 24 - 9º, Lisboa
Tel.: +351213170830 | Fax: +351213144877
advogados@cammp.pt

A Newsletter da CAMMP tem uma finalidade exclusivamente informativa, e não constitui uma forma de publicidade. A informação disponibilizada e os artigos aqui publicados não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a CAMMP qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da informação aqui constante. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não consubstancia a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas pela CAMMP.